Informações Trimestrais

Maestro Locadora de Veículos S.A.

31 de março de 2021 com Relatório do Auditor Independente

Informações Contábeis Intermediárias

31 de março de 2021

Índice

Relatório da Administração	1
Relatório do auditor independente sobre a revisão de Informações Trimestrais	4
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações dos patrimônios líquidos	
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	11
Demonstração do valor adicionado	12
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	13
Declarações	
Declaração dos diretores sobre as informações contábeis intermediárias	44
Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes	

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 1º TRIMESTRE DE 2021

A Maestro conclui o primeiro trimestre de 2021 com aumento consistente em seus indicadores de rentabilidade.

A receita bruta de locação alcançou R\$16.116 mil no primeiro trimestre de 2021, representando aumento de 2,4% em relação ao trimestre anterior. Temos neste momento contratos comerciais assinados que constituem sólido pipeline de implementação para os próximos períodos, mas cuja velocidade de implementação dependerá da regularização do fornecimento de novos veículos pelas montadoras. Esta deficiência tem sido verificada desde os últimos meses de 2020 e com continuidade no primeiro trimestre de 2021.

Mesmo com a menor safra de veículos para desmobilização em final de contrato no primeiro trimestre, o que levou a um volume de vendas de carros no primeiro trimestre 44,2% menor que o período anterior, a margem subiu contribuindo para um resultado 26,1% maior.

O EBITDA por sua vez, atingiu R\$11.515 mil no primeiro trimestre 2021, valor 21,2% superior ao último período devido principalmente à redução dos custos diretos em 19,6% e das despesas operacionais em 17,2%.

O EBT no primeiro trimestre de 2021 foi, por sua vez, de R\$2.397 mil, aumento de 86,8% em relação ao trimestre anterior.

A frota total no final de março era composta de 3.489 veículos com valor de mercado (FIPE) de R\$212.070 mil. Estes valores representam, respectivamente, aumento de 5,7% no número de veículos e de 16,6% no valor monetário de frota na comparação com o quarto trimestre de 2020.

Mantendo consistência com a estratégia de aumento do mix de pesados na frota total, a participação de caminhões no 1º trimestre de 2021 alcançou 24,3% da frota monetária (21,8% em Dez/20) e 18,2% no número de unidades frente a 17,8% no final de 2020.

A idade média da frota por sua vez, atingiu 19,4 meses, ligeiro aumento em relação ao período anterior com 18,7 meses.

A geração de caixa operacional somada à venda mensal típica de veículos em desmobilização de frota tem sido consistentemente superior ao pagamento de dívida (juros e principal), mostrando solidez na gestão de ativos e passivos.

O endividamento líquido total atingiu R\$138.676 mil, superior em R\$15.018 mil e R\$30.208 mil aos respectivos valores da frota contábil e avaliada a mercado (FIPE).

A Maestro conclui o primeiro trimestre de 2021 demonstrando que os fundamentos de gestão do negócio são resilientes e sólidos. Mesmo com a permanência de efeitos adversos da pandemia, mais especificamente a velocidade da indústria na retomada dos cronogramas normais de fornecimento de veículos, conseguimos rentabilizar de forma importante o ativo nos primeiros três meses deste ano. O menor crescimento da receita foi compensado com redução importante de custos e despesas e o canal de venda de veículos trouxe, por mais um período consecutivo, contribuição importante para o resultado final.

Estes indicadores de eficiência juntamente com a demanda comercial por nossas soluções de terceirização em veículos leves e caminhões, que tem mostrado sinais positivos ao longo dos últimos períodos, nos deixa confiantes na evolução de nosso plano de negócios.

•	O EXERCICIO - EV	OLUÇAO					
		_	Δ			Δ	
R\$ '000	1T21	4T20	R\$ '000	%	1T20	R\$ '000	%
Receita Bruta de Aluguel	16.116	15.744	372	2,4%	18.875	(2.759)	-14,6%
(-) Impostos sobre Receita	(462)	(1.457)	995	-68,3%	(1.746)	1.284	-73,5%
Receita Líquida de Aluguel	15.654	14.287	1.367	9,6%	17.129	(1.475)	-8,6%
Receita Seminovos	5.819	10.448	(4.629)	-44,3%	11.998	(6.179)	-51,5%
Custo Seminovos	(4.558)	(9.369)	4.811	-51,4%	(12.004)	7.446	-62,0%
Resultado (Seminovos)	1.261	1.079	182	16,9%	(6)	1.267	-21116,7%
Receita Líquida Total	21.473	24.735	(3.262)	-13,2%	29.127	(7.654)	-26,3%
Custos Operacionais	(2.157)	(2.807)	650	-23,2%	(3.567)	1.410	-39,5%
Depreciação (Frota)	(5.093)	(4.383)	(710)	16,2%	(4.191)	(902)	21,5%
Lucro Bruto	9.665	8.176	1.489	18,2%	9.365	300	3,2%
Despesas Administrativas	(3.084)	(3.724)	640	-17,2%	(4.447)	1.363	-30,6%
Depreciação (Outros Ativos)	(90)	(150)	(822)	-40,0%	(528)	438	-83,0%
(+/-) Outros Resultados Operacionais	(159)	664	(823)	0,0%	536	(695)	-129,7%
EBIT Despesas Financeiras	6.245	4.831 (2.947)	(220)	29,3%	4.926	1.319	26,8%
Despesas Financeiras Receitas Financeiras	(4.076) 228	(3.847) 299	(229) (71)	6,0% -23,7%	(4.807) 298	731 (70)	-15,2%
Resultado Financeiro	228 (3.848)	299 (3.548)	(300)	-	(4.509)	661	<i>-23,5%</i> -14,7%
EBT EBT	2.397	1.283	1.114	8,5% 86,8%	(4.509) 417	1.980	474,8%
IR/CSLL	(844)	(532)	(312)	0,0%	(177)	(667)	376,8%
Lucro Líquido	1.553	751	802	106,8%	240	1.313	547,1%
EBITDA	11.515	9.499	2.016	21,2%	9.645	1.870	19,4%
MARGENS - RECEITA LÍQUIDA DE LOC	CAÇÃO						
MARGENS - RECEITA LÍQUIDA DE LOC Margens (%)	CAÇÃO 1T21	4T20		%	1T20		%
		4T20 57,2%		7,9%	1T20 54,7%		% 12,9%
Margens (%) Margem Bruta EBITDA	1 T21 61,7% 73,6%	57,2% 66,5%		7,9% 10,6%	54,7% 56,3%		12,9% 30,6%
Margens (%) Margem Bruta EBITDA NOPLAT	1T21 61,7% 73,6% 34,5%	57,2% 66,5% 30,1%		7,9% 10,6% 14,7%	54,7% 56,3% 27,7%		12,9% 30,6% 24,4%
Margens (%) Margem Bruta EBITDA NOPLAT EBIT	1T21 61,7% 73,6% 34,5% 39,9%	57,2% 66,5% 30,1% 33,8%		7,9% 10,6% 14,7% 18,0%	54,7% 56,3% 27,7% 28,8%		12,9% 30,6% 24,4% 38,7%
Margens (%) Margem Bruta EBITDA NOPLAT	1T21 61,7% 73,6% 34,5%	57,2% 66,5% 30,1%		7,9% 10,6% 14,7%	54,7% 56,3% 27,7%		12,9% 30,6% 24,4%
Margens (%) Margem Bruta EBITDA NOPLAT EBIT	1T21 61,7% 73,6% 34,5% 39,9%	57,2% 66,5% 30,1% 33,8%		7,9% 10,6% 14,7% 18,0%	54,7% 56,3% 27,7% 28,8%		12,9% 30,6% 24,4% 38,7%
Margens (%) Margem Bruta EBITDA NOPLAT EBIT EBT	1T21 61,7% 73,6% 34,5% 39,9%	57,2% 66,5% 30,1% 33,8%		7,9% 10,6% 14,7% 18,0%	54,7% 56,3% 27,7% 28,8%		12,9% 30,6% 24,4% 38,7%
Margens (%) Margem Bruta EBITDA NOPLAT EBIT EBT RECONCILIAÇÃO EBITDA	1T21 61,7% 73,6% 34,5% 39,9% 15,3%	57,2% 66,5% 30,1% 33,8% 9,0%		7,9% 10,6% 14,7% 18,0% 70,5%	54,7% 56,3% 27,7% 28,8% 2,4%		12,9% 30,6% 24,4% 38,7% 529,0%
Margens (%) Margem Bruta EBITDA NOPLAT EBIT EBT RECONCILIAÇÃO EBITDA R\$'000	1T21 61,7% 73,6% 34,5% 39,9% 15,3%	57,2% 66,5% 30,1% 33,8% 9,0%		7,9% 10,6% 14,7% 18,0% 70,5%	54,7% 56,3% 27,7% 28,8% 2,4%		12,9% 30,6% 24,4% 38,7% 529,0%
Margens (%) Margem Bruta EBITDA NOPLAT EBIT EBT RECONCILIAÇÃO EBITDA R\$'000 Lucro Líquido	1T21 61,7% 73,6% 34,5% 39,9% 15,3% 1T21 1.553	57,2% 66,5% 30,1% 33,8% 9,0% 4T20		7,9% 10,6% 14,7% 18,0% 70,5%	54,7% 56,3% 27,7% 28,8% 2,4% 1T20		12,9% 30,6% 24,4% 38,7% 529,0%
Margens (%) Margem Bruta EBITDA NOPLAT EBIT EBT RECONCILIAÇÃO EBITDA R\$'000 Lucro Líquido (+) IR/CSLL	1T21 61,7% 73,6% 34,5% 39,9% 15,3% 1T21 1.553 844	57,2% 66,5% 30,1% 33,8% 9,0% 4T20 751 532		7,9% 10,6% 14,7% 18,0% 70,5% % 106,8% 58,6%	54,7% 56,3% 27,7% 28,8% 2,4% 1T20 240 177		12,9% 30,6% 24,4% 38,7% 529,0% % 547,1% 376,8%
Margens (%) Margem Bruta EBITDA NOPLAT EBIT EBT RECONCILIAÇÃO EBITDA R\$'000 Lucro Líquido (+) IR/CSLL (+) Resultado Financeiro	1T21 61,7% 73,6% 34,5% 39,9% 15,3% 1T21 1.553 844 3.848	57,2% 66,5% 30,1% 33,8% 9,0% 4T20 751 532 3.548		7,9% 10,6% 14,7% 18,0% 70,5% % 106,8% 58,6% 8,5%	54,7% 56,3% 27,7% 28,8% 2,4% 1T20 240 177 4,509		12,9% 30,6% 24,4% 38,7% 529,0% % 547,1% 376,8% -14,7%
Margens (%) Margem Bruta EBITDA NOPLAT EBIT EBT RECONCILIAÇÃO EBITDA R\$'000 Lucro Líquido (+) IR/CSLL (+) Resultado Financeiro (+) Depreciação e Amortização	1721 61,7% 73,6% 34,5% 39,9% 15,3% 1721 1.553 844 3.848 5.270 11.515	57,2% 66,5% 30,1% 33,8% 9,0% 4T20 751 532 3.548 4.533		7,9% 10,6% 14,7% 18,0% 70,5% % 106,8% 58,6% 8,5% 16,3%	54,7% 56,3% 27,7% 28,8% 2,4% 1T20 240 177 4.509 4.719		12,9% 30,6% 24,4% 38,7% 529,0% % 547,1% 376,8% -14,7% 11,7%
Margens (%) Margem Bruta EBITDA NOPLAT EBIT EBT RECONCILIAÇÃO EBITDA R\$'000 Lucro Líquido (+) IR/CSLL (+) Resultado Financeiro (+) Depreciação e Amortização EBITDA	1721 61,7% 73,6% 34,5% 39,9% 15,3% 1721 1.553 844 3.848 5.270 11.515	57,2% 66,5% 30,1% 33,8% 9,0% 4T20 751 532 3.548 4.533		7,9% 10,6% 14,7% 18,0% 70,5% % 106,8% 58,6% 8,5% 16,3%	54,7% 56,3% 27,7% 28,8% 2,4% 1T20 240 177 4.509 4.719		12,9% 30,6% 24,4% 38,7% 529,0% % 547,1% 376,8% -14,7% 11,7%
Margens (%) Margem Bruta EBITDA NOPLAT EBIT EBT RECONCILIAÇÃO EBITDA R\$'000 Lucro Líquido (+) IR/CSLL (+) Resultado Financeiro (+) Depreciação e Amortização EBITDA RESULTADO SEMINOVOS - RECEITA/	1T21 61,7% 73,6% 34,5% 39,9% 15,3% 1T21 1.553 844 3.848 5.270 11.515	57,2% 66,5% 30,1% 33,8% 9,0% 4T20 751 532 3.548 4.533 9.499		7,9% 10,6% 14,7% 18,0% 70,5% % 106,8% 58,6% 8,5% 16,3% 21,2%	54,7% 56,3% 27,7% 28,8% 2,4% 1T20 240 177 4.509 4.719 9.645		12,9% 30,6% 24,4% 38,7% 529,0% % 547,1% 376,8% -14,7% 11,7% 19,4%
Margens (%) Margem Bruta EBITDA NOPLAT EBIT EBT RECONCILIAÇÃO EBITDA R\$'000 Lucro Líquido (+) IR/CSLL (+) Resultado Financeiro (+) Depreciação e Amortização EBITDA R\$'000	1T21 61,7% 73,6% 34,5% 39,9% 15,3% 1T21 1.553 844 3.848 5.270 11.515 CUSTO	57,2% 66,5% 30,1% 33,8% 9,0% 4T20 751 532 3.548 4.533 9.499		7,9% 10,6% 14,7% 18,0% 70,5% % 106,8% 58,6% 8,5% 16,3% 21,2%	54,7% 56,3% 27,7% 28,8% 2,4% 1T20 240 177 4.509 4.719 9.645		12,9% 30,6% 24,4% 38,7% 529,0% % 547,1% 376,8% -14,7% 11,7% 19,4%



Deloitte Touche Tohmatsu Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -4º ao 12º andares - Golden Tower 04711-130 - São Paulo - SP

Tel.: + 55 (11) 5186-1000 Fax: + 55 (11) 5181-2911 www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Maestro Locadora de Veículos S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Maestro Locadora de Veículos S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500%, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, Linkedin e Twitter.

Deloitte.

Outros assuntos

Revisão de informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020 e auditoria das demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020

As informações contábeis intermediárias mencionadas anteriormente incluem informações financeiras correspondentes que compreendem as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, obtidas das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo nessa data, e os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, obtidos das demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação. A revisão de informações financeiras intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2020 e o exame das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sobre a revisão de informações trimestrais e relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras datados de 12 de maio de 2020 e 24 de março de 2021, respectivamente, sem nenhuma modificação.

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de maio de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes

Debritte touche tohmosus

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vagner Ricardo Alves Contador CRC nº 1 SP 215739/O-9

Balanço patrimonial 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2021	31/12/2020
Ativo	·		
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.877	23.747
Aplicações financeiras de uso restrito	5	8.270	22.722
Contas a receber de clientes	6	14.782	16.953
Veículos em desativação para renovação da frota	7	1.110	1.288
Tributos a recuperar		524	643
Despesas antecipadas	8	4.877	1.922
Outras contas a receber		700	748
Total do ativo circulante		59.140	68.023
Não circulante Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras de uso restrito	5	2.056	2.056
Depósitos judiciais	17	63	16
Despesas antecipadas	8	545	624
Imposto de renda e contribuição social diferido	9.b	13.155	13.466
Outras contas a receber		-	485
Imobilizado	10	171.357	148.828
Intangível	11	6.885	6.976
Direito de uso	12	491	608
Total do ativo não circulante		194.552	173.059
Total do ativo		253.692	241.082

	Nota	31/03/2021	31/12/2020
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	13	6.682	1.866
Empréstimos e financiamentos	14	14.921	9.889
Debêntures a pagar	15	54.079	54.845
Passivo de arrendamento		309	386
Salários, encargos e contribuições sociais		946	687
Obrigações tributárias		2.996	3.138
Outras contas a pagar		1.251	1.237
Adiantamento de clientes	16	5.884	5.718
Total do passivo circulante	- -	87.068	77.766
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	53.908	39.896
Debêntures a pagar	15	54.970	67.553
Passivo de arrendamento	12	128	197
Adiantamento de clientes	16	4.632	4.273
Provisão para perdas com causas judiciais	17	707	669
Total do passivo não circulante	-	114.345	112.588
Patrimônio líquido			
Capital social	18	51.735	51.735
Reserva de lucros		3.796	3.796
Prejuízos acumulados		(3.252)	(4.803)
Total do patrimônio líquido	-	52.279	50.728
Total do passivo e do patrimônio líquido	-	253.692	241.082

Demonstração do resultado Período de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2021	31/03/2020
Receita líquida Custos de locação e venda de veículos	20 21	20.454 (11.351) 9.103	29.127 (19.719) 9.408
Lucro bruto			
(Despesas) receitas operacionais Administrativas e gerais	22	(2.858) (2.858)	(4.482) (4.482)
Resultado antes do resultado financeiro, líquido e tributos		6.245	4.926
Resultado financeiro Despesas financeiras Receitas financeiras	23 23	(4.077) 228 (3.849)	(4.807) 298 (4.509)
Resultado financeiro líquido			
Lucro antes dos tributos		2.396	417
Imposto de renda e contribuição social correntes Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a 9.a	(534) (311)	(423) 246
Lucro líquido do período		1.551	240
Lucro líquido por ação - básico e diluído	19	0,06	0,14
Quantidade de ações (milhares)		26.010	26.010

Demonstração do resultado abrangente Período de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	31/03/2021	31/03/2020
Lucro líquido do período Outros resultados abrangentes	1.551 -	240 -
Total dos resultados abrangentes	1.551	240

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Período de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros - Reserva legal	Prejuízos acumulados	Dividendos não distribuídos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	51.735	660	(5.873)	3.136	49.658
Lucro líquido do período	-	-	240	-	240
Saldos em 31 de março de 2020	51.735	660	(5.633)	3.136	49.898
Saldos em 31 de dezembro de 2020	51.735	660	(4.803)	3.136	50.728
Lucro líquido do período	-	-	1.551	-	-
Saldos em 31 de março de 2021	51.735	660	(3.252)	3.136	52.279

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto Período de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	31/03/2021	31/03/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais Lucro líquido do período	1.551	240
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	311	(246)
Depreciação e amortização	5.270	3.558
Custo residual do ativo imobilizado baixado e de veículos em desativação para renovação de frota	4.431	11.753
Baixa/devolução de imobilizado por roubo e/ou perda total	15	1.659
Encargos financeiros	2.981	3.933
Amortização dos custos de emissão das debêntures	559	(430)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	144	1.272
Constituição de provisão para contingências	38	(84)
Constituição da provisão para perda dos veículos imobilizados e em desativação para renovação de		
frota	38	123
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	2.027	(3.175)
Aquisições de veículos (vide nota 26)	(26.003)	(16.703)
Tributos a recuperar	119	56
Despesas antecipadas	(2.876)	(2.832)
Depósitos judiciais	` (46)	-
Outras contas a receber	533	440
Fornecedores (exceto montadora)	2.231	2.742
Salários, encargos e contribuições sociais	260	(218)
Obrigações tributárias	(141)	981
	` ,	
Outras contas a pagar e adiantamento de clientes	537	(87)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	(8.021)	2.982
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras de uso restrito	14.452	18.312
Aquisição de outros ativos imobilizados	(3.310)	(2.181)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	11.142	16.131
Caixa ilquido proveniente das atividades de investimentos	11.142	10.131
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	20.200	-
Amortização de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos financeiros (vide nota 14)	(15.412)	(11.876)
Juros pagos	(2.633)	(3.861)
Passivo de arrendamento	(146)	-
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamentos	2.009	(15.737)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	5.130	3.376
Demonstração do comparte do crivo o aminolante do de		
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa	00.747	5.404
No início do período	23.747	5.191
No fim do período	28.877	8.567

Demonstração do valor adicionado Período de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Danathan	31/03/2021	31/03/2020
Receitas Receita bruta de locação e venda de veículos	21.936	30.873
Outras receitas	1.212	2.214
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(144)	(1.272)
	23.004	31.815
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(2.347)	(5.459)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(755)	(759)
Comerciais e publicidade	(47)	(135)
	(4.431)	(11.753)
Custo na alienação para renovação de veículos da frota e outros ativos imobilizado		
	(7.579)	(18.106)
Valor adicionado bruto	15.425	13.709
Depreciação e amortização	(5.270)	(4.719)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	10.155	8.990
Valan adiaismada maahida am tuan tanàn is		
Valor adicionado recebido em transferência Receitas financeiras	228	298
Valor adicionado total a distribuir	10.382	9.288
Distribuição do valor adicionado	10.382	9.288
Pessoal Remuneração direta	1.459	1.279
Benefícios	234	203
FGTS	95	92
1010	33	32
Impostos, taxas e contribuições	-	
Municipais	0	-
Federais	2.873	2.512
Develueração de conitaio de terresiras		
Remuneração de capitais de terceiros	3.973	- 4.684
Juros e despesas Aluguéis	3.973 76	4.684 135
Outras	76 121	143
Quiido	121	143
Remuneração de capital próprio	-	
Lucro líquido do período	1.551	240

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Período de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Maestro Locadora de Veículos S.A. ("Maestro" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, brasileira, de capital aberto, sem ações negociadas em mercado. Adicionalmente, a Companhia está listada desde 2015 na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no segmento de governança corporativa Bovespa Mais, nesta modalidade a Companhia possui prazo para realização de oferta de ações de até 7 anos. A Companhia foi constituída em 5 de abril de 2007, com escritório administrativo localizado na Avenida Queiroz Filho, 1560, Vila Hamburguesa, São Paulo, Estado de São Paulo e sede na Rua Paulo do Vale, 356 - Salão 3 fundos, Vila Cercado Grande, Embu das Artes, no Estado de São Paulo.

A Companhia atua em todo território nacional no segmento de locação de veículos de longa duração, sem motorista, provendo serviços de terceirização de frotas. Os veículos são comprados junto às principais montadoras do país, permanecem em utilização por um prazo médio de dois a três anos e são posteriormente vendidos em canais de revenda de usados e leilões especializados. Em 31 de março de 2021 a frota da Maestro composta por 3.489 veículos (4.099 em 31 de março de 2020).

A emissão destas informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de maio de 2021.

<u>Impactos COVID19</u>

Contexto desde o início da Pandemia:

A carteira de clientes da Maestro é composta por contratos de média/longa duração, com prazos típicos entre 2 e 3 anos. A atuação destes clientes é diversificada em vários setores da economia com diferentes graus de exposição aos impactos da diminuição da atividade econômica, esta última principalmente ocasionada pelas medidas de isolamento social.

Em condições normais, a geração de caixa das operações somada a venda de veículos usados é suficiente para cobrir o serviço da dívida, pagamento de juros e principal, trazendo flexibilidade financeira à Companhia no que tange suas obrigações pecuniárias e fiduciárias. A compra de novos veículos, por sua vez, é efetuada com caixa próprio e linhas de crédito disponíveis no mercado.

Dois principais efeitos devidos à pandemia podem afetar no curto/médio prazos este equilíbrio.

- Diminuição do fluxo de caixa operacional com eventuais atrasos e/ou inadimplência de clientes;
- Diminuição do fluxo de caixa de venda de veículos em função da queda de demanda;

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Período de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Estes dois efeitos, combinados ou isoladamente, e dependendo do grau de cada um, podem no curto prazo reduzir o fluxo de caixa disponível para o serviço da dívida, consumindo liquidez e afetando eventualmente a capacidade de pagamentos no curto prazo.

No sentido de monitorar com afinco estes impactos foi criado um "Comitê de Crise" composto pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva da Maestro. Periodicamente, dentre outros aspectos relevantes do negócio, estão sendo discutidos o *aging* dos recebíveis, as principais renegociações com clientes e fornecedores bem como o volume diário de venda de veículos. Além disso, tem se buscado aumentar ao máximo a liquidez disponível e consequente flexibilidade financeira para manutenção da saúde do caixa da Companhia.

Adicionalmente, através da simulação de vários possíveis cenários de stress, foi possível traçar potenciais impactos no tempo e assim desenvolver ações que mitigariam potenciais problemas oriundos da pandemia.

Na medida em que o isolamento social tem se mostrado como a medida mais efetiva na prevenção da disseminação do Covid-19, a maior parte dos colaboradores têm atuado em *homeoffice* desde 19 de março de 2020. Por meio das supervisões diretas, temos monitorado o estado de saúde da nossa equipe.

Algumas medidas de adequação da estrutura fixa foram tomadas já em abril e outras poderão vir a ser realizadas caso haja uma deterioração dos recebimentos e/ou alongamento da perspectiva de duração da pandemia.

Adicionalmente, no sentido de aumentar a margem de segurança na gestão de liquidez a Companhia utilizou as seguintes Medidas Provisórias relativas às:

- MP 927 de 22 de março de 2020 Prorrogação do prazo para pagamento do FGTS;
- MP 936 de 1º de abril de 2020 Redução Jornada/Salário
- Portaria ME nº 139 de 3 de abril de 2020 Prorrogação do prazo para recolhimento do PIS e da COFINS e do INSS.

Até a data da conclusão deste relatório, decorridos mais de doze meses desde o início das primeiras medidas de isolamento, a diminuição da atividade econômica geral não levou a nenhuma consequência adversa no cumprimento de compromissos financeiros ou *covenants*. Uma vez que a Companhia se baseia quase que integralmente no negócio de locação de longo prazo, os efeitos negativos da pandemia afetaram pouco a Companhia, que manteve suas obrigações em dia, não teve problema com nenhum dos *covenants* e manteve a carteira de clientes saudável, sem cancelamentos/devoluções antecipadas representativas dos contratos vigentes.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Período de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Para os principais pontos de atenção descritos anteriormente:

- Diminuição do fluxo de caixa operacional com eventuais atrasos e/ou inadimplência de clientes: em todos os meses deste último trimestre o fluxo operacional apresentou resultados em linha com as séries históricas pré-Covid. As negociações de alargamento do prazo de pagamento com clientes com pontuais e vencimento nos últimos três meses, foram cumpridas. Não houve casos de clientes rescindindo contratos antecipadamente.
- A venda de seminovos retomou já seus patamares históricos no final do 2º e 3º trimestre de 2020 e vimos aumento consistente tanto de volume de carros vendidos quanto de margem. Esta tendência se manteve no 1º trimestre de 2021.

Atualização para o 1º trimestre de 2021

Ao final dos primeiros três meses de 2021, o impacto remanescente da pandemia na Companhia é a velocidade da retomada de produção da indústria automobilística, o que tem levado a um ciclo mais longo de implementação de novos contratos de aluguel já firmados com clientes. Avaliamos que a indústria retome aos patamares de produção e entrega pré-Covid até o fim do 3º trimestre de 2021 regularizando por sua vez o lead-time padrão de implantação de novos veículos na frota.

Desta forma, no que se refere exclusivamente aos efeitos da pandemia, mantemos inalteradas a perspectiva que tínhamos pré-Covid para o negócio no médio e longo prazo.

2. Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) (demonstração intermediária) e de acordo com a norma internacional IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, e deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 ("últimas demonstrações financeiras anuais"). Este relatório não inclui todas as informações necessárias para um conjunto completo de demonstrações financeiras. No entanto, são incluídas notas explicativas selecionadas para explicar eventos e transações que são significativas para a compreensão das alterações na posição financeira e no desempenho do Grupo desde as últimas demonstrações financeiras anuais.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Período de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As informações contábeis intermediárias dos períodos findos em 31 de março 2021 e 2020 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 compreendem as informações contábeis intermediárias da Companhia. A moeda de apresentação das informações contábeis intermediárias é o Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As políticas contábeis adotadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas seguidas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2020.

a) Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Todas as informações relevantes próprias destas informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Reapresentação dos valores correspondentes – Resultado por ação (Desdobramento de ações)

Em 24 de julho de 2020 os acionistas da Companhia aprovaram o desdobramento de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do artigo 12 da Lei nº 6.404/76, sem alteração do valor do capital social da Companhia e da proporção das participações dos acionistas no seu capital social, de modo que cada ação de emissão da Companhia será desdobrada em 15 (quinze) ações ordinárias, passando o capital social da Companhia a ser dividido em 26.009.820 (vinte e seis milhões, nove mil, oitocentas e vinte) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Desdobramento"). Conforme NBCTG 41(R2), o resultado por ação, para todos os exercícios apresentados devem ser ajustados de forma retroativa quanto aos efeitos de erros e ajustes resultantes de alterações nas políticas contábeis reconhecidos retrospectivamente, conforme nota 18 e 19.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Período de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

c) <u>Demonstração dos Fluxos de Caixa</u>

As informações trimestrais dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC). Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

d) <u>Demonstração do Valor Adicionado</u>

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas.

e) <u>Uso de estimativas e julgamentos</u>

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

f) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota 07 Veículos em desativação para renovação da frota.
- Nota 10 Imobilizado (depreciação de veículos) e valor residual.

g) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste significativo no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 06 Contas a receber de clientes (movimentação da PECLD).
- Nota 07 Veículos em desativação para renovação da frota.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Período de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Nota 09 Imposto de renda e contribuição social diferidos.
- Nota 10 Imobilizado (depreciação de veículos e valor residual).
- Nota 12 Direito de uso e passivo de arrendamento.

h) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no exercício de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao prejuízo contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

i) Mensuração ao valor justo

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo (caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, empréstimos e instrumentos financeiros derivativos).

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Baseado na hierarquia definida pela IFRS 13/CPC 46 – Instrumentos financeiros, o valor justo pode ser mensurado usando os seguintes critérios:

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Período de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final de cada período de divulgação.

3. Gerenciamento do risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado
- Risco de taxas de juros
- Risco operacional
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Gestão de capital

As práticas de gerenciamento de risco têm por objetivo identificar, monitorar, analisar e mitigar potenciais perdas à Companhia, estabelecendo limites e controles para o seu gerenciamento.

A Diretoria tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão do gerenciamento dos riscos reportando-os de forma sistemática ao Conselho de Administração.

a) Risco de mercado

Definido como alterações nos preços de mercado, cujo componente de maior relevância são o risco de taxa de juros e de valor residual dos veículos.

A Companhia busca também um adequado balanço entre suas captações de dívida pós e pré-fixadas.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Período de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O constante monitoramento das curvas futuras de juros, com implicação direta na precificação do aluguel, permite à Companhia, a cada momento, mitigar efeitos de flutuações de juros nos prazos do contrato, preservando a rentabilidade destes ao longo de sua duração.

Os valores residuais dos veículos, definidos como valores estimados de venda da frota após encerramento do ciclo do contrato de terceirização são constantemente monitorados pela Administração e levam em consideração principalmente fatores como valores atuais de mercado dos veículos, ciclo de vida dos modelos, canal de venda dos veículos e políticas do governo com relação aos impostos incidentes nas operações de vendas de veículos.

b) Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros é aquele no qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas.

c) Risco operacional

Risco operacional é o risco de natureza estrutural, tecnológica, pessoal e de infraestrutura que surgem de todas as atividades intrínsecas à locação de automóveis.

A responsabilidade pela gestão dos riscos e otimização de seu monitoramento é da Administração. Dentre os principais riscos operacionais estão:

- Risco de performance: onde controles, processos e procedimentos devem garantir o fiel cumprimento dos itens contratados mantendo-se custos reais iguais ou inferiores aos projetados.
- Risco de integridade do ativo: definidos como perdas não previstas como multas, avarias e sinistros sejam cobertos por mecanismos perfeitamente definidos de reembolso e autosseguro.

d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em prejuízos financeiros decorrentes do não pagamento de obrigações contratuais pelos seus clientes.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Período de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os principais elementos mitigadores do risco de crédito adotados pela Companhia são:

- Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de crédito;
- Padronização de contratos, dentro de certos parâmetros que não reduzam flexibilidade e atratividade comercial;
- Canal de comunicação rápido e transparente com o cliente no sentido de dirimir com agilidade possíveis questionamentos de cobranças adicionais ao aluguel básico, tais como multas e avarias.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como aquele em que a Companhia pode encontrar dificuldades no cumprimento de suas obrigações financeiras.

As principais ferramentas mitigadoras deste risco adotadas são:

Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de:

- Planejamento de caixa: com grande ênfase na previsibilidade do capex líquido, ou seja, nas compras e vendas de veículos.
- Adoção de caixa mínimo, que permita cumprir obrigações contratadas mesmo num evento de hipotético stress de mercado ou de enxugamento sistêmico de liquidez.

Gestão de capital

A Gestão de capital da Companhia é realizada de forma a garantir, a qualquer momento, a sustentabilidade financeira da Companhia por meios próprios. Contribuem de forma decisiva nesta gestão a alta previsibilidade dos fluxos de caixa operacionais, decorrentes dos contratos de longa duração, e a natureza própria de baixa sazonalidade no negócio.

Neste sentido, busca-se garantir que a todo momento, que o fluxo de caixa operacional da Companhia, somado aos recursos provenientes da venda de carros, sejam iguais ou superiores ao serviço do endividamento, incluindo pagamentos de juros e principal.

Dessa forma, o financiamento para crescimento de frota é dimensionado pela soma do fluxo de caixa operacional (incluindo o fluxo de caixa de venda de veículos) e por novas linhas de financiamento, deduzidas dos pagamentos correntes de dívida.

A Companhia busca manter sempre alternativas de novas linhas de financiamento de modo a suportar seu plano de crescimento.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Período de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Abaixo demonstramos a dívida líquida ao final do período:

	31/03/2021	31/12/2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures (*)- dívida bruta	177.878	172.766
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito (*)	(39.203)	(48.525)
Dívida líquida	138.675	124.241
(*) – Circulante e Não circulante		

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2021	31/12/2020
Caixa e bancos Aplicações financeiras	529 28.348	558 23.189
, third good in an oon do	28.877	23.747

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, resgatáveis com o próprio emissor, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) remunerados a 100% dos Certificados de Depósito Interbancários (CDIs) em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

5. Aplicações financeiras de uso restrito

	31/03/2021	31/12/2020
Circulante	8.270	22.722
Não circulante	2.056	2.056
	10.326	24.778

Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), que na data do balanço patrimonial possuem liquidez imediata e constituem garantias das emissões de debêntures. Não possuem risco de variações significativas por estarem indexadas ao CDI e são mensuradas ao valor justo. Essas aplicações são remuneradas a 100% do CDI em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, e estão vinculadas aos empréstimos associados (garantidoras), conforme Nota 14.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Período de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes

Circulante	31/03/2021	31/12/2020
Locação de veículos (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.193 (7.411)	24.369 (7.416)
() i Toviodo para oroditos de liquidação duvidosa	14.782	16.953

A exposição máxima ao risco de crédito para as contas a receber de clientes na data do relatório foi:

Faixa	31/03/2021	31/12/2020
A vencer	6.432	8.019
Vencidos:		
De 01 a 60 dias	387	791
De 61 a 90 dias	42	182
De 91 a 180 dias	353	395
De 181 a 360 dias	964	2.216
Acima de 360 dias	14.015	12.766
Total locação de veículos	22.193	24.369

A movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

	Total
Saldo em 31/12/2019	(3.946)
Reversão da provisão	` 217 [′]
Constituição da provisão	(1.489)
Saldo em 31/03/2020	(5.218)
Saldo em 31/12/2020	(7.416)
Reversão da provisão	1.49 0
Constituição da provisão	(1.485)
Saldo em 31/03/2021	(7.411)

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas de realização de créditos.

7. Veículos em desativação para renovação da frota

	31/03/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	1.288	7.703
Baixas por venda	(4.431)	(53.651)
Transferências de veículos (i)	4.253	47.236
Saldo final	1.110	1.288

⁽i) Transferência de veículos do imobilizado anteriormente em operação. Vide Nota Explicativa nº 10.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Período de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia mantém política e procedimento para analisar e comparar o valor contábil dos veículos em desativação para renovação da frota com seu valor realizável líquido. E, quando há incertezas quanto à realização do seu valor realizável líquido, uma provisão para perda (*impairment*) é constituída.

8. Despesas antecipadas

	31/03/2021	31/12/2020
1º emplacamento	602	604
Despesas bancárias	1.688	1.366
Despesas de prêmio de seguros	46	37
IPVA	2.727	-
Outros	359	539
	5.422	2.546
Circulante	4.877	1.922
Não circulante	545	624
Total	5.422	2.546

As despesas antecipadas de 1º emplacamento são apropriadas ao resultado no prazo médio de 24 meses, devido à natureza dos contratos de locação.

As demais despesas antecipadas são apropriadas de acordo com o seu prazo de vigência.

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre o prejuízo fiscal acumulado e base negativa de contribuição social. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os ativos de tributos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável avaliação dos lucros tributáveis futuros que poderão ser usados na compensação prejuízo fiscal acumulado e base negativa de contribuição social, baseado em projeções de receita futura e preparadas com premissas internas e cenários econômicos futuros que podem ser alterados.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Período de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

a) Reconciliação de despesa com imposto de renda e contribuição social

	31/03/2021	31/03/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.396	417
Imposto de renda à alíquota nominal - 34% Ajustes para demonstração da taxa efetiva:	(815)	(142)
Bônus à diretoria	(46)	(46)
Despesas indedutíveis, brindes, incentivos, patrocínios	•	(3)
Outros	16	14
Total de imposto de renda e contribuição social	(845)	(177)
Imposto de renda e contribuição social correntes do período	(534)	(423)
Imposto de renda e contribuição social diferido do período	(311)	246
Taxa Efetiva	35,3%	42,4%

b) Balanço patrimonial

A seguir apresentamos as naturezas que representam os saldos de ativo e passivo fiscal diferido da Companhia nos períodos comparativos:

_		31/03/2021		31/12/2020
	Ativos	Passivos	Líquido	Líquido
Prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e CSLL Ajuste de arrendamento financeiro e depreciação Provisão para créditos de liquidação duvidosa Outras diferenças temporárias	12.350 - 2.520 352 15.222	(2.067) - - (2.067)	12.350 (2.067) 2.520 352 13.155	12.585 (2.151) 2.522 510 13.466

O passivo é composto do imposto a pagar diferido sobre as operações de arrendamento e o ajuste de depreciação entre a vida útil-econômica e as taxas fiscais.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados pelos valores líquidos nos termos do CPC 32.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Período de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

c) Prejuízo fiscal e base negativa

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, e que para 31 de março de 2021 demonstra que o saldo de imposto de renda diferido ativo será compensado em exercícios futuros.

10. Imobilizado

a) Movimentação no período de três meses findo em 31/03/2020

Custo	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Transfer. para renovação (i)	Saldos em 31/03/2020
					, , ,	
Veículos operacionais	163.133	736	-	20.000	(9.435)	174.434
Equipamentos de informática e telefonia	313	18	-	-	-	331
Máquinas e equipamentos	930	1.160	(388)	-	-	1.702
Móveis e utensílios	215	-	` _	-	-	215
Benfeitorias	7	132	-	_	-	139
Imobilizado em curso	13.409	14.817	-	(20.000)	-	8.226
Acessórios	11.101	135	(1.418)	·	(1)	9.817
	189.108	16.998	(1.806)	-	(9.436)	194.864

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

a) Movimentação no período de três meses findo em 31/03/2020--Continuação

Depreciação	Taxa de depreciação	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Transfer. para renovação (i)	Saldos em 31/03/2020
Veículos operacionais	18%	(23.207)	(3.752)	-	-	1.042	(25.917)
Equipamentos de informática e							
telefonia	10-20%	(212)	(10)	-	-	-	(222)
Máquinas e equipamentos	10%	(698)	(42)	-	-	-	(740)
Móveis e utensílios/	10%	(129)	(5)	-	-	-	(134)
Benfeitorias	10%	` (6)	-	147	-	-	141
Acessórios	33% - 50%	(5.437)	482	-	-	-	(4.955)
		(29.689)	(3.327)	147	-	1.042	(31.827)
Provisões para perdas e roubos		(414)	(123)	-	-	-	(537)
Imobilizado líquido		159.005	13.548	(1.659)	-	8.394	162.500

b) Movimentação no período de três meses findo em 31/03/2021

Custo	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Transfer. para renovação (i)	Saldos em 31/03/2021
Veículos operacionais	142.152	_	_	24.402	(5.797)	160.757
Veículos (CPC 06) / IFRS 16)	8.064	_	_	24.402	(89)	7.975
Equipamentos de informática e telefonia	334	1	_	_	-	335
Máquinas e equipamentos	933	-	-	-	-	933
Móveis e utensílios	238	-	-	-	-	238
Benfeitorias	98	-	(15)	-	-	82
Aquisição de veículos em curso	14.790	28.588	` -	(24.402)	-	18.976
Acessórios	15.955	3.308	-	-	-	19.263
	182.564	31.897	(15)	-	(5.886)	208.560

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação no período de três meses findo em 31/03/2021--Continuação

Depreciação	Taxa de depreciação	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Transfer. para renovação (i)	Saldos em 31/03/2021
Veículos operacionais	18%	(21.920)	(4.095)	_	-	1.633	(24.382)
Veículos (CPC 06) / IFRS 16)	18%	(2.269)	` (270)	-	-	-	(2.539)
Equipamentos de informática e telefonia	10-20%	` (241)	`(59)	-	-	-	` (300)
Máquinas e equipamentos	10%	(989)	` -	99	-	-	(890)
Móveis e utensílios	10%	(143)	(29)	38	-	-	(134)
Benfeitorias	10%	` (6)	(19)	-	-	-	`(25)
Acessórios	33% - 50%	(7.5 8 1)	(7 27)	-	-	-	(8.308)
		(33.149)	(5.199)	137	-	1.633	(36.578)
Provisões para perdas e roubos		(587)	(38)	-	-	-	(625)
lmobilizado, líquido		148.828	26.660	122	-	(4.253)	171.357

⁽i) Transferência do ativo imobilizado para a conta de "Veículos" em desativação para renovação de frota". Vide Nota nº 7.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

c) Veículos arrendados

A Companhia arrenda veículos sob uma série de acordos de arrendamentos financeiros, cujas obrigações de arrendamento estão divulgadas no item b) acima. Em 31 de março de 2021, o valor contábil residual dos veículos arrendados era de R\$5.339 equivalente a 185 veículos (R\$5.502 em 2020, equivalente a 185 veículos).

Os contratos de arrendamento mercantil destinam-se exclusivamente à aquisição de veículos que serão locados a clientes pelo período de 24 a 60 meses.

d) Garantias

Em 31 de março de 2021, o equivalente a 98,8% da frota total da Companhia (3.475 veículos) é garantidor de empréstimos bancários, financiamentos e arrendamentos financeiros cujo valor residual é de R\$159.970 (R\$140.068 em dezembro de 2020).

11. Intangível

a) Composição

31/03/2021	31/12/2020
5.783	5.783
650	650
235	323
212	232
5	(12)
6.885	6.976
	5.783 650 235 212 5

b) <u>Teste de recuperação de ativos intangíveis com vida útil indefinida</u>

O ágio está fundamentado em expectativa de rentabilidade futura do negócio, baseado em estudos de viabilidade e laudos de avaliação. A análise de recuperabilidade (teste de impairment) dos ágios é realizada, no mínimo, anualmente ou quando há alguma indicação de perda por impairment. Para fins do teste de impairment, os ágios são alocados à sua Unidade Geradora de Caixa - UGC.

A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2020 e considera, entre outros fatores, o momento econômico do país e os resultados históricos das empresas avaliadas. A Companhia realizou cálculo para determinar o valor de recuperação dos ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Intangível--Continuação

Unidade geradora de caixa Maestro

O valor recuperável da unidade geradora de caixa Maestro em 31 de dezembro de 2020, foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxo caixa aprovadas pela alta administração durante um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado refletindo uma melhora nas condições macroeconômicas do país, crescimento orgânico das atuais operações, e aumento de eficiência operacional.

A taxa de desconto depois dos impostos sobre a renda aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 11,1% a.a. (pós tax), e os fluxos de caixa que excedem o período de 5 anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 6,0% a.a. Como resultado dessa análise, não houve perda por redução ao valor recuperável.

Premissas com impacto relevante utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do valor em uso para a unidade da Maestro é mais sensível às seguintes premissas:

- Taxa de desconto:
- Crescimento na perpetuidade (taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para além do período de projeção).

Taxa de desconto

A taxa de desconto representa a avaliação de risco no atual mercado. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia.

Crescimento na perpetuidade

A estimativa foi baseada principalmente em:

- Resultados históricos obtidos pela companhia;
- Expectativa de crescimento orgânico das operações atuais;
- Expectativa de crescimento derivado de nova unidade de negócio; e
- Expectativa de inflação baseado nas projeções (Boletim Focus) e metas divulgadas pelo Banco Central.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Intangível--Continuação

Sensibilidade a mudanças nas premissas

As implicações das principais premissas para o montante recuperável são discutidas anualmente e demonstramos a seguir:

- Taxa de desconto utilizando-se um fator de ajuste de 1,0 p.p., a taxa de desconto passa para 12,1%. Mesmo considerando esta nova taxa, não há perda por redução ao valor recuperável.
- Crescimento na perpetuidade aplicando-se um fator de redução no crescimento da perpetuidade de 1,0 p.p., este crescimento passa dos atuais 6,0% para 5,0%. Mesmo considerando este cenário, não há perda por redução ao valor recuperável.

12. Direito de uso e passivo de arrendamento

Ativo de direito de uso - imobilizado e intangível

	Software	Imóveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020 Despesas de amortização Saldo em 31 de março de 2021	259 (33) 226	349 (84) 265	608 (117) 491
Taxas anuais de amortização - %	10 a 33	20	
Passivo de arrendamento			
Saldo em 31 de dezembro de 2020 Pagamento de principal Juros Saldo em 31 de março de 2021			583 (159) 13 437
Circulante Não circulante			309 128

a) Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecidos no passivo não circulante

Ano	
2022 2023	87 41
Total	128

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazos contratos	Taxa % aa		
4 anos	8.74%		
3 anos	8,74%		
2 anos	8,74%		

13. Fornecedores

	31/03/2021	31/12/2020
Montadoras	3.382	797
Fornecedores diversos	3.300	1.069
	6.682	1.866

14. Empréstimos e financiamentos

31 de março de 2021								
		Таха а	no (%)	Ano de	Não			
Modalidade	Moeda	Min.	Max.	vencim.	Circulante	circulante	Total	% Total
Giro (Pré)	R\$	0.92 a.m.	1.41 a.m.	30/09/2024	11.328	32.461	43.789	63.62%
Giro (Pós)	R\$	0,34 a.m. + CDI	0,47 a.m. + CDI	30/04/2024	1.539	18.761	20.300	29,49%
Arrendamento financeiro (Pré)	R\$	1,33 a.m.	1,33 a.m.	30/09/2022	122	176	298	0,43%
Finame		0,72 a.m. + Selic	•	28/02/2024	1.932	2.510	4.442	6,45%
					14.921	53.908	68.829	_

31 de dezembro de 2020								
		Таха а	no (%)	Ano de vencim.	Circulante	Não circulante	Total	% Total
Modalidade	Moeda	Min.	Max.					
Giro (Pré)	R\$	0,92 a.m.	1,41 a.m.	30/09/2024	7.616	36.774	44.390	89,16%
Giro (Pós)	R\$	0,34 a.m. + CDI	0,47 a.m. + CDI	28/02/2021	192	-	192	0,39%
Arrendamento financeiro (Pré)	R\$	1,33 a.m.	1,33 a.m.	30/09/2022	126	210	336	0,67%
Finame		0,72 a.m. + Selic		28/02/2024	1.955	2.912	4.867	9,78%
					9.888	39.896	49.785	_

a) Garantias

Os empréstimos e as operações de arrendamento mercantil são garantidos pela composição de veículos, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 10 (d) e/ou recebíveis em algumas operações de capital de giro.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. Debêntures a pagar

	31/03/2021	31/12/2020
Debêntures a pagar (-) Custos de transação para emissão de debêntures (i)	113.215 (4.166)	127.124 (4.726)
	109.049	122.398
Circulante	54.079	54.845
Não circulante	54.970	67.553

⁽i) Gastos com a emissão das debêntures os quais são amortizados pelo prazo de vigência da dívida.

2ª Emissão de debêntures

A Companhia captou em 4 de maio de 2018 o montante de R\$80.000, através de emissão de 8 mil debêntures, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, sendo todas com valor unitário de R\$10, de acordo com os termos descritos em instrumento particular de escritura da 2ª emissão de debêntures entre a Companhia, como emissora, e Planner, como agente fiduciário.

O prazo total da emissão é de quatro anos, com seis meses de carência, e está sujeito à atualização com base na CDI, expressos na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescido de juros de 4,5% ao ano.

A remuneração será paga em cinco parcelas, nas datas de amortização do principal, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de junho de 2018, e o último na data de vencimento em 10 de maio de 2022.

Em 31 de março de 2021 o saldo a pagar da 2ª emissão é de R\$22.224 (26.971 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. Debêntures a pagar--Continuação

3ª Emissão de debêntures

A Companhia captou em 13 de novembro de 2018 o montante de R\$62.000, através de emissão de 6,2 mil debêntures, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, sendo todas com valor unitário de R\$10, de acordo com os termos descritos em instrumento particular de escritura da 3ª emissão de debêntures entre a Companhia, como emissora, e a Pentágono S.A. DTVM, como agente fiduciário. Recursos destinados ao resgate antecipado da 1ª emissão e reforço do capital de giro e da aquisição da Minas Real Vendas e Serviços Ltda. ("Locarcity").

O prazo total da emissão é de quatro anos, com seis meses de carência, e está sujeito a atualização com base na CDI, expressos na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescido de juros de 5% ao ano.

A remuneração será paga em cinco parcelas, nas datas de amortização do principal, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de dezembro de 2019, e o último na data de vencimento em 10 de novembro de 2022.

Em 31 de março de 2021 o saldo a pagar da 3ª emissão é de R\$33.410 (38.401 em 31 de dezembro de 2020).

4ª Emissão de debêntures

A Companhia assinou em 23 de outubro de 2019, Escritura para distribuição pública no mercado nacional, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.476, da quarta emissão de debêntures no valor de R\$60.000. As debêntures terão remuneração CDI+5,0% ao ano e serão amortizadas mensalmente, com carência de 12 meses, com vencimento final em novembro de 2024. As debêntures são garantidas pela alienação fiduciária de veículos e cessão de contratos com clientes.

Os recursos se destinarão a i) liquidação antecipada de contrato de empréstimo internacional e contratos de arrendamento mercantil (leasing) ii) reforço de caixa da Companhia.

Em 31 de março de 2021 o saldo a pagar da 4ª emissão é de R\$53.415 (57.026 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Cláusulas restritivas – 2a., 3a. e 4a. emissões de debêntures

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros são apresentados a seguir:

Condição contratual	Restrição
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA (acumulado	
últimos 12 meses)	< 4,00
(ii) Índice obtido da dívisão da dívida financeira líquida pelo patrimônio líquido	< 3,25
(iii) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pela frota total líquida	< 0,85
(iv) Índice obtido da divisão da venda líquida pelo custo	< 0.07 (se negativo)

16. Adiantamento de clientes

	31/03/2021	31/12/2020
Adiantamento de clientes	8.422	8.256
Adiantamento de venda programada	2.094	1.735
	10.515	9.991
Circulante	5.884	5.718
Não circulante	4.632	4.273

17. Provisão para perdas com causas judiciais

A Companhia está sujeita a ações cíveis, decorrentes do curso normal das operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso de natureza provável no valor de R\$707 (R\$669 em 31 de dezembro de 2020.

Além disso e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia não provisiona valores sobre contingências classificadas com probabilidade de perda possível.

A estimativa dos valores relacionados a contingências cíveis possíveis, com base em informações de seus assessores jurídicos, em 31 de março de 2021 é de R\$946 (R\$950 em 31 de dezembro de 2020).

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais na esfera cível, cujas movimentações da provisão e dos depósitos judiciais estão demonstradas abaixo:

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Saldos em 31/12/2020	Constituição	Reversões	Saldos em 31/03/2021
Contingências cíveis	669	38	-	707
Depósitos judiciais	(16)	(47)	-	(63)
•	653	(9)	-	644

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é constituído de 1.733.988 ações ordinárias (original), representando o capital social de R\$51.735. As ações não possuem valor nominal, e os titulares têm direito a um voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela no capital social. Conforme descrito na nota 2(b), o desdobramento de ações ordinárias de emissão da Companhia, não alterou o valor do capital social da Companhia e da proporção das participações dos acionistas no seu capital social, de modo que cada ação de emissão da Companhia será desdobrada em 15 (quinze) ações ordinárias, passando o capital social da Companhia a ser dividido em 26.009.820 (vinte e seis milhões, nove mil, oitocentas e vinte) ações ordinárias (apresentado), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Desdobramento").

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

			31/03/2021 e 31/12/2020		
Acionistas	%	Quantidade de ações (Original)	Quantidade de ações (Desdobramento)	Capital integralizado	
Stratus SCP FLEET FIP-M	45%	780.687	11.710.305	22.752	
Stratus SCP Brasil FIP	31%	541.119	8.116.785	15.770	
Lewco Participações e Administração Ltda.	2%	29.629	444.435	864	
Stratus Investimentos Ltda.	1%	12.249	183.735	357	
Fábio, Alan e Natalie Lewkowicz	21%	370.304	5.554.560	11.992	
		1.733.988	26.009.820	51.735	

b) Reserva legal

A Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Adicionalmente, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

c) Distribuição de dividendos

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de um dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da Lei, ressalvada as hipóteses previstas no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, em Lei e no Estatuto e compensados os dividendos semestrais e intermediários e/ou intercalares que tenham sido eventualmente declarados no exercício.

A reserva de lucros não será distribuída e servirá para reforçar o crescimento das operações da Companhia.

19. Lucro por ação

O resultado por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía instrumentos que causassem efeito dilutivo no cálculo do resultado por ação diluído.

A tabela a seguir estabelece o cálculo do resultado por ação para o período findo em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (em milhares de valores por ação e quantidade de ações):

Básico e diluído	31/03/2021	31/03/2020
Numerador Lucro líquido do período	1.551	240
Denominador	1.001	240
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação (em milhares)	26.010	1.734
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,06	0,14

20. Receita líquida

Descrição	31/03/2021	31/03/2020
Locação de veículos	16.117	18.875
Venda de veículos	5.819	11.998
	21.936	30.873
Impostos sobre serviços e vendas	(1.482)	(1.746)
	20.454	29.127

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21. Custo de locação e venda de veículos

	31/03/2021	31/03/2020
Custos de manutenção	(2.157)	(4.229)
Custos com depreciação	(5.093)	(4.191)
Custos dos veículos vendidos	(4.431)	(11.753)
Outros custos com veículos vendidos	(127)	(251)
Custos com pessoal	(562)	(493)
Recuperação de créditos de PIS e COFINS	1.019	1.198
• •	(11.351)	(19.719)

22. Despesas administrativas e gerais

Descrição	31/03/2021	31/03/2020
Despesas com pessoal	(1.630)	(1.430)
Serviços de terceiros	(344)	(393)
Despesas com ocupação	(123)	(173)
Despesas gerais	(393)	(317)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	•	(1.272)
Reversão da perda estimada com créditos de		, ,
liquidação duvidosa	5	-
Baixa de contas a receber incobráveis	(149)	-
Despesas com depreciação e amortização	(177)	(528)
Impostos sobre outras receitas	` -	(232)
Despesas de comunicação	(47)	(137)
•	(2.858)	(4.482)

23. Resultado financeiro

Despesas financeiras	31/03/2021	31/03/2020
Juros passivos	(1.254)	(583)
Despesas e juros de debêntures	(2.719)	(4 . 103)
Despesas bancárias e IOF	` (104)	` (121)
Total	(4.077)	(4.807)
Receitas financeiras	31/03/2021	31/03/2020
Rendimentos sobre aplicações financeiras	155	222
Juros	73	76
Total	228	298

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

24. Partes relacionadas

Conforme deliberado em AGO datada de 30 de abril de 2020, a remuneração global estabelecida para os membros da diretoria executiva e Conselho de Administração da Companhia para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 é de R\$3.146. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a remuneração global foi de R\$1.481. Os membros do Conselho de Administração, sem funções de diretoria, recebem somente remuneração fixa.

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a) Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito, na data das informações contábeis intermediárias foi:

			31/03/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações fina	inceiras de uso	restrito		
(circulante e não circulante)			39.203	48.525
Contas a receber de clientes			14.782	16.953
Outras contas a receber			700	1.233
		_	54.685	66.711
		12 meses		
	Valor	ou menos	2 - 5 anos	Total
Caixa e Equivalentes de caixa e aplicações				
de uso restrito	39.203	37.147	2.056	39.202
Contas a receber de clientes	14.782	14.782	-	14.782

b) Riscos de liquidez

Outras contas a receber

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros não derivativos, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

700

54.685

700

2.056

52.629

700

54.685

	31/03/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento Fornecedores Outras contas a pagar	178.315 6.682 1.251	172.766 1.866 1.237
	186.248	175.869

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Veja abaixo o cronograma de vencimento dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2021:

<u>-</u>	Valor contábil	12 meses ou menos	2 - 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento	178.315	69.309	109.006	178.315
Fornecedores	6.682	6.682	-	6.682
Outras contas a pagar	1.251	1.251	-	1.251
· -	186.248	77.242	109.006	186.248

c) Classificação e valor justo

A tabela a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/03/2021		31/12/	2020
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes Outras contas a receber	28.877 14.782 700	28.877 14.782 700	23.747 16.953 1.233	23.747 16.953 1.233
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Nível 2)				
Aplicações financeiras de uso restrito	10.326	10.326	24.778	24.778

A Administração entende que os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

 Caixa e equivalentes de caixa: são definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

- c) Classificação e valor justo--Continuação
- Aplicações financeiras de uso restrito: são definidas como ativos de uso restrito, pois estão vinculados diretamente a dívidas da Companhia. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Contas a receber de clientes, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar: decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzindo de provisão para perdas quando aplicável ou relevante.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures: são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

d) Riscos de taxa de juros

A Companhia não tem em seu endividamento de 31 de março de 2021 operações de *swap* ou qualquer outro derivativo contratado.

Enfatizamos que aumentos de taxas de juros são atenuados pelos reajustes anuais pela inflação (na maioria dos casos pelo IGPM) que incidem sobre os contratos de aluguel a cada 12 meses.

Análise de sensibilidade

Para 31 de março de 2021, a análise de sensibilidade contempla dois cenários de *stress*, I e II, com 4,38% e 5,25%, respectivamente, de aumento em relação ao patamar-base do CDI de 3,5%.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

d) Riscos de taxa de juros -- Continuação

Considerando que as aplicações também são indexadas ao CDI, o efeito líquido patrimonial e sobre o resultado, nos cenários de *stress*, está demonstrado na tabela abaixo:

	Cenários		
	Base	I	II
Taxa de juros Variação em relação ao cenário-base Dívida bruta indexada ao CDI	3,5% - 182.044	4,38% 25% 190.008	5,25 % 50% 191.601
Aplicações indexadas ao CDI Efeito na exposição patrimonial	38.674 143.370	40.366 149.642	40.704 150.897
Efeito líquido no resultado	143.370	6.272	7.527

26. Transações que não afetam o caixa

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, as seguintes transações não afetaram o caixa:

	31/03/2021	31/03/2020
Demonstração do caixa pago pela aquisição de veículos: Aquisições de veículos no período (Nota 10)	(28.588)	(14.817)
Fornecedores - montadoras de veículos (Nota 13):		
Saldo no final do período	3.382	9.622
Saldo no início do período	797	11.508
	2.585	(1.886)
Caixa pago pela aquisição de veículos	(26.003)	(16.703)

27 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Em 31 de dezembro de 2019	17.903	163.457	181.360
Amortização do principal Juros pagos Juros provisionados Novas Captações Amortização de custos de captação Em 31 de dezembro de 2020	(5.239) (1.527) 2.230 36.418 - 49.785	(41.916) (10.793) 10.407 - 1.244 122.399	(47.155) (12.320) 12.637 36.418 1.244 172.184
Amortização do principal Juros pagos Juros provisionados Novas Captações Amortização de custos de captação Em 31 de março de 2021	(1.496) (863) 1.202 20.200	(13.917) (1.771) 1.779 - 559 109.049	(15.413) (2.634) 2.981 20.200 559 177.878

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

28. Cobertura de seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros para cobrir os possíveis riscos e eventuais perdas com sinistros de seus ativos imobilizados.

Ativos segurados	Modalidades	31/03/2021	31/12/2020
Veículos administrativos	Cobertura total (danos materiais)	1.700	1.700
Veículos administrativos	Cobertura total (danos corporais)	3.400	3.400
Predial	Cobertura total (danos materiais)	4.767	4.767

Em 8 de janeiro de 2021, a Companhia contratou um seguro de responsabilidade civil em benefício de seus administradores (seguro D&O), com validade de um ano.

O seguro garante o pagamento de prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os administradores em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados períodos de suas atribuições na administração e gestão da Companhia. A apólice prevê como limite máximo, garantia de R\$10.000 e um prêmio líquido total de R\$24.

Carlos Alves Diretor Financeiro Dnalva Rocha dos Santos Contadora CRC-SP296885/O-0

Declaração dos diretores sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Declaração

Pelo presente instrumento, os diretores da Maestro Locadora de Veículos S.A. abaixo designados ("Companhia") declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2021.

São Paulo, 14 de maio de 2021.

Fabio Lewkowicz Diretor Presidente e Diretor Comercial e Marketing

Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo Financeiro

Monica Jorgino Marcondes Diretora Superintendente

Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Declaração

Pelo presente instrumento, os diretores da Maestro Locadora de Veículos S.A. abaixo designados ("Companhia") declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, relativamente às informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2021.

São Paulo, 14 de maio de 2021.

Fabio Lewkowicz Diretor Presidente e Diretor Comercial e Marketing

Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo Financeiro

Monica Jorgino Marcondes Diretora Superintendente